

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.935 - RR (2018/0093418-1)**

RECORRENTE : NORTELETRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
ADVOGADOS : LUIZ GERALDO TÁVORA ARAÚJO - RR000557  
GABRIELA LAYSE DE SOUZA LEMOS - RR001016  
RECORRIDO : ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR : MARCELO TADANO E OUTRO(S) - RR000264B

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Norteletro Comércio e Serviços Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AUTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA NULIDADE - NÃO DEMONSTRAÇÃO - RECURSO PROVIDO. Descrevendo auto de infração o fato imponível e relacionando a tipificação legal, não se cogita da tese de irregularidade ou nulidade.

Na origem, cuida-se de apelação interposta pela parte requerida, ora recorrida, contra a sentença que julgou procedente a pretensão deduzida na ação ajuizada, para declarar a nulidade do Auto de Infração n. 1.132/2011, com a consequente anulação do débito inscrito na Dívida Ativa estadual dele decorrente.

Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 118.064,04 (cento e dezoito mil e sessenta e quatro reais, e quatro centavos), em fevereiro de 2013.

Naquele acórdão, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso de apelação, para julgar improcedente a pretensão autoral.

Os embargos de declaração interpostos não foram providos.

No presente recurso especial, a parte recorrente aponta a violação do art. 142 do CTN.

Aduz, em síntese, que a lavratura do Auto de Infração n. 1.132/2011 careceu de regularidade formal, porquanto deixou de observar os requisitos estabelecidos nas normas regulamentares pertinentes, razão pela qual é nula.

Indica a contrariedade à legislação complementar, bem como ao enunciado da Súmula n. 432 do STJ.

Alega, em suma, que as aquisições de insumos pela empresa recorrente, realizadas através de operações interestaduais, não configuraram o fato gerador do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),

previsto no art. 2º da Lei Complementar n. 87/1996, posto que não importaram a efetiva circulação das mercadorias.

Afirma, em resumo, que as construtoras, quando adquirem de outro Estado materiais necessários à prestação dos seus serviços, não estão sujeitas ao recolhimento da diferença de alíquota interestadual do ICMS pelo Estado destinatário, consoante dispõe o art. 3º, V, da Lei Complementar n. 87/1996, uma vez que tal operação ensejará a posterior cobrança de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), destinado à municipalidade, pouco importando o fato da empresa também exercer outras atividades, desvinculadas da construção civil.

Sustenta ainda, em síntese, que cumpria à parte recorrida comprovar as ocorrências consignadas no Auto de Infração n. 1.132/2011, ônus do qual a mesma não se desencumbiu.

Apresentadas contrarrazões pela negativa de provimento ao recurso especial.

É o relatório. Decido.

No tocante à apontada violação do art. 142 do CTN, à indicada contrariedade à legislação complementar, bem como à alegada distribuição imprópria do ônus probatório, registro que o recurso especial não merece conhecimento.

Depreende-se, do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, que a competência do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

Nesse contexto, impõe-se não apenas a indicação precisa dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal de origem, quando da prolação do acórdão recorrido, mas também a demonstração da violação da matéria inculpada nos regramentos indicados, para que, assim, seja viabilizado o exame da alegada ofensa à legislação federal e, conseqüentemente, o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional apreciado.

A partir da análise das razões recursais, é possível verificar que o dispositivo legal federal reputado malferido, qual seja, o art. 142 do CTN, cuja matéria refere-se aos requisitos e elementos essenciais à validade da constituição do crédito tributário mediante lançamento, não contém comando normativo capaz de sustentar a tese recursal, lastreada na irregularidade da lavratura do Auto de Infração n. 1.132/2011, ato administrativo que não se confunde com o lançamento tributário, tampouco de infirmar os fundamentos decisórios, sobretudo aqueles afetos à distribuição do ônus probatório.

Observa-se, ainda, que além da violação do art. 142 do CTN, a parte recorrente indicou a afronta à legislação complementar em geral, sem, contudo, particularizar os dispositivos legais federais supostamente

contrariados, embora tenha feito alusão a alguns dispositivos pertencentes à legislação complementar federal, durante a sua argumentação.

Ademais, a parte recorrente não amparou a sua irresignação, quanto à distribuição do ônus probatório, na violação de nenhum dispositivo legal federal específico.

Diante das deficiências do pleito recursal acima pronunciadas, incide sobre a hipótese, por analogia, o óbice constante do enunciado da Súmula n. 284 do STF, segundo a qual (*in verbis*): "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO CONTÊM COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. BASE DE CÁLCULO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL RECAI A CONTROVÉRSIA. SÚMULA 284/STF. BENEFÍCIO CONCEDIDO PELA LEI 9.363/96. SUSPENSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM FUNDAMENTO BASILAR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. Em relação aos arts. 1º e 2º da Lei 9.363/96, nota-se que os referidos dispositivos legais não contêm comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF.

3. No que diz respeito à tese de que o aumento da alíquota da COFINS influencia na base de cálculo do crédito presumido de IPI, cumpre observar que a parte recorrente não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo mais uma vez a incidência da Súmula 284/STF.

4. Quanto à alegada impossibilidade de suspensão do benefício concedido pela Lei 9.363/96, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

5. A parte recorrente não se desincumbiu, a tempo e modo, de atacar fundamento basilar do acórdão recorrido. Inafastável, portanto, a incidência do óbice previsto na Súmula 283/STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.267.979/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 4/12/2018, DJe 10/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO EM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 126/STJ. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL INTERPRETADO DIVERGENTEMENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO. ART. 85, § 11, DO CPC/15. IMPOSSIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III - A matéria constitucional decidida no acórdão não foi impugnada por meio de Recurso Extraordinário, circunstância que atrai o óbice da Súmula n.126 do Superior Tribunal de Justiça.

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, bem quando não aponta o dispositivo de lei federal violado, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

V - A Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Em sede de agravo interno, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.645.667/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 10/12/2018, DJe 13/12/2018)

No que diz respeito à suposta contrariedade ao enunciado da Súmula n. 432 do STJ, registro que o recurso especial tampouco merece conhecimento.

Isso porque, de acordo com a jurisprudência sumulada do

Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 518/STJ), os enunciados sumulares não integram o conceito de "lei federal", definido no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, razão pela qual não é cabível a interposição de recurso especial fundado na alagada ofensa ao enunciado de súmula.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DENTISTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. MALFERIMENTO DA SÚMULA 473/STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 518 DO STJ. REVISÃO DE CLÁUSULAS EDITALÍCIAS. ÓBICE DA SÚMULA 5 DO STJ.

1. Inviável o apelo especial quanto à alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 se as razões expendidas no recurso forem genéricas, constituindo simples remissão aos embargos de declaração opostos na origem, sem particularizar os pontos em que o acórdão teria sido omissos, contraditórios ou obscuros. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Esta Corte Superior firmou entendimento de que, "para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula" (Súmula 518 do STJ).

3. Rever o posicionamento da Corte regional quanto ao curso de especialização realizado pelas agravadas implica o reexame de cláusulas editalícias, o que não pode ser realizado pela via eleita devido ao que estabelece a Súmula 5/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.069.484/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 18/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA A ENUNCIADO SUMULAR. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE MÉRITO. NÃO CONHECIMENTO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. O apelo nobre não constitui via adequada para a análise de eventual contrariedade a enunciado sumular, por não estar compreendido na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal - Súmula 518 do STJ.

3. Os dispositivos de lei federal tidos por violados no recurso especial não podem ser analisados, porquanto se referem à questão meritória do processo e este foi extinto pela decadência da ação.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.629.421/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 7/2/2019, DJe 12/3/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Brasília (DF), 26 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

